

A cooperação transnacional de movimentos sociais: o caso do MST*

Vicente Amaral Bezerra**

RESUMO

A formação de redes transnacionais de movimentos sociais é tema comumente negligenciado pelas teorias tradicionais em Relações Internacionais. Com o objetivo de explorar uma proposta teórica que possibilite a compreensão desse fenômeno, este artigo busca analisar a inserção internacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a partir da proposta construtivista. Argumentamos que a articulação transnacional do MST junto a outros movimentos sociais é possível graças à estrutura intersubjetiva compartilhada no âmbito do movimento antiglobalização. Desse compartilhamento decorrem as interpretações e valorações comuns que sustentam os entendimentos coletivos e a cooperação, apesar da diversidade de interesses envolvidos. Assim, a relevância do fenômeno para as Relações Internacionais vincula-se à emergência e à difusão de significados alternativos capazes de influenciar as reivindicações dos movimentos sociais nos diferentes países.

Palavras-chave: Cooperação transnacional; MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Antiglobalização; Movimentos sociais; Construtivismo.

A princípio parece inusitado analisar a atuação de um movimento social partindo da perspectiva das Relações Internacionais, uma vez que os movimentos sociais reivindicam transformações sociais no interior do território estatal e não possuem interesses vitais relacionados ao plano inter-

* Este trabalho é o resultado final do grupo de estudo “O Construtivismo e as Relações Internacionais”, coordenado pelo prof. Onofre dos Santos Filho, do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas.

** Graduando em Relações Internacionais pela PUC Minas.

nacional. A atuação desses movimentos é especificamente vinculada a problemas internos, decorrentes da trajetória histórica e política de cada país. Isso faz com que os movimentos sociais de diferentes países possuam reivindicações e objetivos políticos extremamente heterogêneos. No cenário latino-americano, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Brasil, o movimento indígena no Equador, os desempregados na Argentina e os neozapatistas na Colômbia demonstram a diversidade de reivindicações e interesses específicos que compõem os movimentos sociais nessa região.

Entretanto, o recente desenvolvimento de redes de cooperação entre movimentos sociais demonstra como a inserção internacional vem sendo capaz de auxiliá-los na consecução de seus objetivos. Ante esse fato, perguntamos: como se constituiu a cooperação entre atores com trajetórias históricas e objetivos políticos diversos além de interesses puramente internos? Assim, a proposta deste artigo é, não apenas, refletir sobre a inserção e a articulação internacional de um movimento social específico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), mas tentar esclarecer a seguinte questão: como a cooperação entre atores com interesses diversificados é possível?

A análise da atuação internacional dos movimentos sociais nos remete à discussão sobre a relevância dos atores não-estatais no estudo das Relações Internacionais. A atuação desses, certamente, ganhou destaque nas três últimas décadas, juntamente com a crescente atenção dada às transformações atribuídas ao avanço do processo de "globalização". A atuação de organizações não-governamentais (ONGs), empresas multinacionais, megainvestidores, grupos terroristas e de inúmeros outros comprova que, hoje, o cenário internacional é permeado por relevantes fluxos e atores, que não atuam de acordo com as mesmas regras da dimensão interestatal. O MST insere-se nesse debate justamente por ser um importante movimento social brasileiro com considerável projeção internacional. O destaque que esse movimento possui na mídia, nacional e internacional, e as suas articulações com organizações e outros movimentos sociais ilustram a efetividade de sua inserção internacional, por meio da consecução de articulações transnacionais. A crescente relevância do fenômeno da transnacionalidade tem demandado na relativização da exclusividade dos temas estatais nas análises em Relações Internacionais. No objetivo aqui proposto, seguimos essa tendência e buscamos extrapolar a rigidez metodológica das perspectivas tradicionais que consideram o Estado como o cerne das Relações Internacionais.

O anseio em refletir sobre os mecanismos que possibilitam a cooperação

transnacional nos impele a considerar a influência de fatores subjetivos no comportamento dos atores envolvidos. Conseqüentemente, os pressupostos de primazia do ator estatal e da racionalidade dos atores na busca da maximização de poder, bélico-estratégico, no caso dos neo-realistas, ou econômico, no caso dos neoliberais, não nos fornecem os instrumentos analíticos adequados. Assim, o objetivo deste artigo não se restringe à análise da atuação dos movimentos sociais, mas pretende também explorar uma proposta analítica alternativa.

A exposição de parte da contribuição analítica do construtivismo para o estudo das Relações Internacionais fornecerá os instrumentos necessários para os objetivos expostos. A análise aqui proposta não focaliza apenas a atuação do MST e dos outros movimentos sociais a ele articulados, volta-se para a consideração dos ganhos analíticos advindos da amplitude metodológica do construtivismo. Assim, discutir, primeiramente, os principais aspectos dessa contribuição é fundamental para analisar a atuação internacional do MST.

CONSTRUTIVISMO E OS “MUNDOS” DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme constatado por Herz (1997), desde meados da década de 80, pôde-se observar uma crescente preocupação com o papel dos fatores subjetivos no estudo das Relações Internacionais. O principal resultado dessa tendência foi trazer à tona discussões sobre o papel da cultura, das idéias e da identidade na análise dos fenômenos internacionais. A pesquisa construtivista insere-se nesse processo e caracteriza-se pela preocupação em analisar não apenas o comportamento dos atores, mas também a forma como esses atores interpretam e atribuem sentido às suas ações e ao contexto que os circunda. É nesse ponto que o construtivismo enfatiza a função do conhecimento intersubjetivo e da interpretação na análise dos fenômenos sociais, dentre os quais os internacionais.

O construtivismo não apresenta um “roteiro” metodológico que informe qual é o “Mundo das relações internacionais”, ou seja, quais são os atores que devem ser analisados e o que orienta sua atuação. A realidade internacional existente pode ser analisada tendo em vista diferentes “mundos”. “Por consenso, o mundo das relações internacionais é um mundo de mundos – por definição, um mundo de Estados” (ONUF, 2001, p. 8). O número restrito de práticas institucionalizadas nas relações internacionais faz com que essas se-

jam, prioritariamente, representadas pelo mundo dos Estados e dos seus representantes. Conseqüentemente, a preponderância das análises das relações interestatais acaba por obscurecer diversas outras esferas de interação no cenário internacional. Entretanto, a considerável intensificação de interações transnacionais nos últimos 30 anos, processo este muitas vezes utilizado para ilustrar o avanço da “globalização”, cria a necessidade de se desenvolver propostas teóricas alternativas, capazes de fornecer instrumentos analíticos suficientes para o estudo dos fenômenos contemporâneos. Portanto, explicitaremos os principais aspectos do modelo de análise construtivista para, em seguida, utilizarmos-nos de suas contribuições para o estudo das relações internacionais.

Adler (1999) classifica o construtivismo como o “meio termo” na discussão epistemológica acerca da existência da realidade e da capacidade do homem de conhecê-la. De acordo com esse autor, em um dos extremos tem-se a perspectiva “reflexivista”, segundo a qual a realidade pode ser conhecida pelo homem e a linguagem não interfere nesse processo. Essa é a posição predominante nas correntes teóricas mais influenciadas pelo positivismo, notadamente, a realista e a neoliberal. Noutro extremo encontra-se a perspectiva “constitutiva”, de acordo com a qual a realidade é ininteligível ao homem, sendo apenas possível a este conhecer as diferentes interpretações; nessa vertente a linguagem é a realidade. Esse pensamento orienta as teorias pós-modernas, ou pós-estruturalistas, das Relações Internacionais, que se preocupam centralmente com a análise dos discursos.

Da mesma forma que os constitutivistas, o construtivismo atribui uma realidade ontológica ao conhecimento intersubjetivo. Esse último é constituído por meio de processos históricos vividos coletivamente, através dos quais se desenvolve a linguagem. Ou seja, é pelo conhecimento intersubjetivo que os atores compreendem, interpretam e atuam no mundo que os rodeia. Em relação à classificação epistemológica, o construtivismo encontra-se em uma posição intermediária, denominada “mediativa”. Diferentemente dos constitutivistas, para os construtivistas existe, de fato, uma realidade material externa ao homem, mas essa só pode ser conhecida pela linguagem. É partindo desse ponto que Adler (1997) afirma que “as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo” (p. 209). Assim, a partir dessa ênfase interpretativista, o construtivismo propõe novas abordagens de temas tradicionais nas Relações Internacionais, tais

como a racionalidade estatal, o poder e a possibilidade de mudança no ambiente internacional.

Da concepção construtivista do papel ontológico do conhecimento intersubjetivo decorrem diversas críticas às proposições das teorias de tradição positivista, como as neoliberais e neo-realistas. Uma das mais significativas decorre da importância atribuída à identidade dos atores no âmbito das Relações Internacionais e dirige-se ao modelo do ator racional e maximizador de poder em termos de fatores fixos, sejam bélicos ou econômicos. A identidade é responsável por fazer com que o ator informe para si e para os outros, o que ele é, além de informar quem são os outros e o que esperam dele (HOPF, 1999). De modo que, a identidade é formada tendo em vista a trajetória histórica dos atores e diz respeito à forma como esses interpretam e atribuem propriedades ao mundo e constroem seus interesses.

É certo que os interesses dos atores decorrem de seu julgamento acerca das ações e objetivos que representam riscos ou ganhos. Porém, as noções dos atores sobre o que representa “riscos” e “ganhos” são formadas a partir da avaliação que eles fazem de suas experiências. E os padrões que permitem ao ator avaliar a realidade e suas experiências de forma positiva ou negativa estão vinculadas aos seus valores. Ou seja, à realidade cultural na qual se insere o ator, a partir da qual se forma sua identidade. Assim, para o construtivismo, é a identidade do ator que determina as preferências e as escolhas que esse realiza e não a maximização dos ganhos de fatores fixos, conforme pressupõem as perspectivas racionalistas.

Todavia, a importância atribuída à identidade não implica que o construtivismo adote um individualismo metodológico, segundo o qual os atores se relacionariam independentemente da existência de uma estrutura subjacente. Como a identidade está relacionada às propriedades atribuídas à realidade e essas são construídas coletivamente ao longo do tempo, logo, a identidade está relacionada à estrutura intersubjetiva responsável por inferir o significado da ação empreendida. Enquanto as perspectivas racionalistas consideram a identidade como fator fixo, para o construtivismo essa apenas pode ser teorizada dentro de seu contexto histórico, político, social e cultural. Afinal, o significado intersubjetivo é construído coletivamente ao longo de interações contínuas no tempo. Desse raciocínio decorrem duas conseqüências para as escolhas dos atores: ao mesmo tempo em que não são fixamente determinadas, podendo variar ao longo do tempo, elas estão vinculadas à rede intersubjetiva de significados que as constrange dentro dos limites de suas

regras de significações (HOPF, 1999). Logo, a estrutura intersubjetiva constrange o comportamento do ator ao mesmo tempo em que esse a constitui e a modifica.

Afirmar que o contexto intersubjetivo condiciona a identidade do ator não implica um determinismo estrutural, ou seja, não consideramos que o comportamento esteja determinado a partir da posição do ator na estrutura intersubjetiva. Na verdade, ao reconhecer que o conhecimento intersubjetivo permeia os atores e a estrutura, o construtivismo possibilita um novo raciocínio sobre a mudança no ambiente internacional. Essa não está unicamente relacionada à distribuição dos recursos materiais, mas também às transformações profundas da intersubjetividade. A aceitação da existência de diferentes identidades possibilita o surgimento de novas regras de significações, as quais possuem potencial de difundir-se ao longo do tempo e, assim, alterar a realidade intersubjetiva que orienta a interação entre os atores. Segue-se desse raciocínio que a mudança para o construtivismo é, ao mesmo tempo, “possível” e “difícil”. Possível porque a existência de diferentes identidades possibilita diferentes interpretações. E difícil porque a estabilidade e a profundidade do conhecimento intersubjetivo impossibilita alterações significativas a curto e médio prazo.

Ante a historicidade do conhecimento intersubjetivo, a idéia de poder não se restringe à detenção de recursos fixos, bélicos ou econômicos, mas à capacidade que um dado ator possui em estabelecer e difundir regras comuns de significações. Segundo Adler (1999):

(...) poder significa não apenas os recursos necessários para se impor uma visão própria aos outros, como também a autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem as identidades, os interesses e as práticas dos estados, assim como as condições que conferem, concedem ou negam acessos a “bens” e benefícios (p. 224)

O exercício do poder vincula-se ao conhecimento. Afinal, o poder passa a ser tanto material quanto discursivo, de forma que o segundo assegura a legitimidade do primeiro. O exercício do poder está relacionado à capacidade do ator de generalizar significações constituintes da estrutura intersubjetiva e, portanto, da identidade dos atores (HOPF, 1998). Com isso, o poder vincula-se à capacidade do ator de estabelecer uma ordem que não seja assegurada apenas pelos desníveis de recursos bélico-estratégicos ou financeiros, e sim pela capacidade do ator de difundir, dentro de uma estrutura social,

princípios intersubjetivos sobre, por exemplo, o que é justo ou injusto, certo ou errado, benéfico ou maléfico.

A proposição construtivista sobre o poder, assim como sobre a mudança e a identidade, reflete o impacto decorrente da epistemologia mediativa adotada. Assim, se, por um lado, a perspectiva mediativa possibilita que o construtivismo proponha interessantes alternativas epistemológicas em relação às concepções tradicionais, por outro lado, do ponto de vista metodológico, o construtivismo é “eclético”. “O construtivismo é um meio de se estudar qualquer mundo das ciências sociais” (ONUF, 2001, p. 17). De acordo com Onuf (2001) o construtivismo é definido não como uma teoria, mas como um “modelo analítico” (*framework*) que pode ser utilizado para incluir variáveis interpretativas na análise dos diferentes mundos. De forma semelhante, Adler afirma:

O construtivismo, em oposição ao realismo ou ao liberalismo não é uma teoria política *per se*. Ele é na realidade, uma teoria social na qual as teorias construtivistas de política internacional – como por exemplo, sobre a guerra, a cooperação e a comunidade internacional – se baseiam. (...) O construtivismo desafia apenas os fundamentos ontológicos e epistemológicos do realismo e do liberalismo. Não é antiliberal ou anti-realista por convicção. (ADLER, 1999, p. 206)

Essa amplitude metodológica possibilita ao construtivismo inaugurar formas alternativas de se pensar o “Internacional”, rompendo, assim, com as restrições metodológicas impostas pelas teorias que atribuem ao Estado o protagonismo nas análises dos fenômenos internacional. Nesses termos, analisar a atuação dos movimentos sociais significa, em primeiro lugar, repensar o que tradicionalmente é tido como “internacional”, diluindo as rígidas fronteiras que separavam o interno do externo.

Pensar as relações internacionais não se resume a observar e analisar as relações entre Estados, como por muitos é pensado. Nem mesmo as relações interestatais podem ser entendidas sem a consideração de fatores domésticos. O pressuposto realista do Estado como ator político que catalisa e representa todo o universo interno de forças sociais ignora as interações e articulações de atores que não possuem a prerrogativa estatal da política externa, mas que, ainda assim, são peças fundamentais para se entender o “internacional”. De acordo com Halliday (1999):

O que é vivido, e normalmente estudado como algo que aconteceu “dentro” de países, revela-se como parte de processos internacionais muito mais amplos de mudança política e econômica. (...) Portanto, nenhuma das abordagens convencionais, a negação e o exagero, faz justiça à questão comum a todos os cientistas sociais e que, dentro da ótica particular da disciplina das relações internacionais, é sua preocupação constitutiva: a interação do nacional e do internacional, do interno e do externo. (p. 17-18)

Halliday propõe que se reformule a idéia tradicional de “internacional” e para tal o Estado seria concebido como: “um conjunto de organizações administrativas, político e militares encabeçadas e mais ou menos bem coordenadas por uma autoridade executiva” (SKOCPOL *apud* HALLIDAY, 1999, p. 92). Esse pressuposto, caracterizado pela influência do pensamento sociológico, ao tornar clara a distinção entre Estado e sociedade, possibilita uma maior clareza na reflexão sobre, por exemplo, o impacto internacional das questões sociais.

Sem tal reavaliação da idéia de Estado é impossível analisar, do ponto de vista das Relações Internacionais, diversos dos focos de tensões sociais que pululam na América Latina. A problemática social dessa região remete tanto a movimentos sociais mais sólidos, como o MST no Brasil ou a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), quanto a cenários mais caóticos como a Argentina pós-crise ou a Venezuela, onde a disputa entre a oposição e o governo do presidente Hugo Chávez produziu um cenário que em seu auge, nos últimos meses de 2002, nos fazia lembrar uma guerra civil. Isto sem citar a crescente militarização da ação do governo Colombiano contra as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) e a contínua ação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) na região de Chiapas, no México. Ignorar a implicação dessas questões sociais para as Relações Internacionais seria relegar ao segundo plano a explicação da realidade (pretensão última da ciência), diante da necessidade de manter a predominância de postulados teóricos ineficazes.

Para se considerar o impacto internacional de manifestações, predominantemente transnacionais, como algumas das citadas acima, é necessário reformular a forma tradicional de se pensar a interação entre sociedade e Estado, do ponto de vista das Relações Internacionais. Dessa perspectiva, analisar os movimentos sociais pressupõe duas considerações. A primeira é apresentar o contexto em que são produzidas as reivindicações do movimento no plano doméstico. A segunda é analisar como as articulações transnacionais

realizadas por esses atores, mesmo que visando principalmente aumentar sua capacidade de empreender mudanças no ordenamento social interno, possibilita a construção e o compartilhamento de padrões de significações alternativos, ou mesmo, contra-hegemônicos. A metodologia “ecclética” construtivista possibilita que se analisem as relações internacionais para além do mundo interestatal, ou seja, considerando a existência de outros “mundos” com estruturas intersubjetivas próprias responsáveis pelo compartilhamento de regras de significações entre os atores envolvidos. Portanto, a reformulação do papel do Estado perante a sociedade e a aceitação da existência de um mundo de interações transnacionais são os pressupostos iniciais para se avaliar a atuação internacional do MST.

Todavia, não basta avaliar “quais” são as ramificações transnacionais do MST, pois o fundamental é questionarmo-nos sobre “como” suas articulações são possíveis. Dessa forma, trata-se de analisar a capacidade desse movimento de difundir e compartilhar significações e, conseqüentemente, de empreender mudanças no âmbito sistêmico. Antes de se empreender essa análise, contudo, é necessário apresentar alguns argumentos que esclareçam os aspectos políticos da atuação desse e de outros movimentos. Afinal de contas, refletir sobre a atuação internacional dos movimentos sociais não é apenas pensar sobre seus objetivos, mas, inclusive, avaliar as novas formas da “política” no mundo transnacional.

MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO POLÍTICA TRANSNACIONAL

Os movimentos sociais são fenômenos da modernidade que demonstram a legítima pretensão do sujeito histórico em agir para transformar e moldar a sociedade na qual está inserido a partir de projetos preconcebidos. De acordo com Kärner:

Os movimentos sociais são entendidos como um processo coletivo e comunicativo de protestos, conduzido por indivíduos, contra as relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas (que não precisam estar necessariamente organizadas). (KÄRNER, 1987, p. 24)

Buscando alterar o ordenamento social prevalecente, os movimentos sociais defrontam-se com o Estado, órgão responsável pela manutenção da ordem interna. Em função do Estado e da ordem doméstica, constituem-se os

objetivos dos movimentos sociais contemporâneos. O paradoxo entre o caráter doméstico de seus interesses e a formação de redes de cooperação externas leva-nos a perguntar quais mecanismos possibilitam aos atores envolvidos com problemas domesticamente orientados articularem-se no âmbito internacional?

Durante o período de 50 a 70, os movimentos sociais atuavam de acordo com discursos políticos que podem ser divididos, de forma tênue, entre nacionalistas e socialistas. Independentemente do discurso político, esses movimentos lutavam para alcançar a esfera estatal para, assim, realizar seus projetos “revolucionários”. Nos países periféricos e semiperiféricos esses movimentos caracterizavam-se pelo discurso da “libertação nacional”, e os que sobreviveram e chegaram ao poder estatal perceberam que isso não seria suficiente para mudar o mundo. Apesar de parte considerável desses movimentos terem alcançado seus objetivos, como se percebe pela ascensão dos comunistas em cerca de um terço do mundo, as poucas mudanças decorrentes de sua vitória e a derrocada do socialismo real, com o fim da URSS, geraram uma descrença nesses movimentos, hoje por muitos denominados de velha esquerda (WALLERSTEIN, 2003).

Os movimentos de tradição revolucionária, da mesma forma que a burguesia liberal do século XIX, tinham projetos “para” a sociedade de uma forma geral, pois buscavam reconstruí-la de acordo com seus ideais. Já os grandes movimentos sociais latino-americanos contemporâneos como, por exemplo, o MST, os cocaleiros na Bolívia, os desempregados argentinos e os indígenas equatorianos se enquadram na corrente de movimentos sociais que rompe com grande parte da tradição dos movimentos de libertação nacional da velha esquerda. Esses movimentos sociais têm projetos dentro da sociedade. “As utopias que abrangem toda a sociedade estão esvaecidas” (RUCHT, 2002). Assim, exceto à pequena influência de partidos da esquerda revolucionária, os movimentos sociais atuais buscam “corrigir” desvios nas instituições atuais sem questionar as suas fundamentações, ou seja, são apenas variantes e aperfeiçoamentos do que já havia se pensado no século XIX.

Tais movimentos lutam pela melhoria na qualidade de vida de certos grupos sociais e, no mais das vezes, sequer almejam a ascensão ao poder estatal. Há três fortes orientações gerais que influenciam os discursos e a ação dos grandes movimentos sociais da América Latina durante a década de 90: as comunidades eclesiais de base relacionadas com a teologia da libertação, os levantes indígenas com uma visão de mundo não-ocidental e o guevarismo de

militância revolucionária (ZIBECHI, 2003). As diferentes influências exercidas por essas três correntes originam as formações dos atuais movimentos sociais latino-americanos, que, nas últimas décadas, ganharam um acentuado destaque com seu discurso de combate ao neoliberalismo e de luta por justiça social.

Para se avaliar a atuação dos movimentos sociais latino-americanos ao lidar com questões globais, Slater (2000) faz uma interessante proposta sobre como se pensar o espírito “político” de tais movimentos. Por um lado, a orientação das demandas sociais origina-se de divergências práticas, decorrentes das interações sociais e do conflito de interesses. Por outro lado, em resposta a essas reivindicações, os governos redirecionam suas políticas muitas vezes modificando os canais preexistentes pelos quais se relacionavam com as partes reivindicantes. Ou seja, o caráter dual dos movimentos sociais refere-se ao significados desses, tanto como os meios de manifestação os conflitos sociais inerentes a qualquer esfera do todo social, mas também como transformadores das instituições políticas tradicionais por meio das quais o Estado costuma distribuir os recursos em disputa pelas partes em conflito. De acordo com Slater:

a dimensão política poderia ganhar uma certa dualidade, pela qual poderia ser vista como inscrita no interior de diferentes esferas do todo social e também como constitutiva do terreno sobre o qual o tecido e o destino do todo social é decidido. (SLATER, 2000, p. 508)

Para se investigar a construção de articulações transnacionais de movimentos sociais, deve-se esclarecer a dualidade do aspecto político dos movimentos sociais por meio da diferenciação entre a “política” e o “político”.

A manifestação do “político” se dá em qualquer espaço e diz respeito ao espírito naturalmente antagonista e conflitivo da sociedade humana. A “política”, por sua vez, situa-se na esfera do espaço público e refere-se “ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a vida social!” (SLATER, 2000, p. 512). Em outras palavras, a “política” é a responsável por catalisar e pacificar, por meio de um direcionamento institucional, as manifestações naturalmente conflitivas do espírito “político”. É explícita a interdependência da “política” e do “político”, que por sua vez remetem ao debate sobre as relações entre sociedade e as instituições políticas.

A “política” é a institucionalização, por instrumentos e procedimentos

coletivamente reconhecidos, que são responsáveis pela canalização das demandas, manifestações, anseios e reivindicações da sociedade civil. Já os movimentos sociais são a manifestação do espírito “político” e representam as questões e insatisfações que afetam diretamente a vida das pessoas que, muitas vezes, não encontram canais institucionais para que se encaminhem à esfera “política”. Para melhor esclarecer basta observarmos como, por um lado, os movimentos de libertação nacional manifestavam os anseios de seu espírito “político” por meio da busca, pela revolução, do controle do Estatal ou da instituição “política”. Por outro lado, o MST busca pressionar o Estado a realizar a reforma agrícola, de acordo com os interesses e insatisfações dos grupos sociais que representa. Esses, por sua vez, não ambicionam alcançar o controle do Estado nem empreender uma “revolução”, mas podem, pelas pressões, alterar ou aperfeiçoar alguns procedimentos e instituições que compõem o Estado brasileiro.

Ao manifestar os impulsos do espírito político de esferas específicas de uma dada sociedade, os movimentos sociais são marcados pelas diferenças nas formas de ação e nas reivindicações. Apesar das diferenças existentes, o interesse em aumentar sua capacidade de produzir mudanças internas impulsiona a inserção internacional dos movimentos sociais por meio da formação de redes transnacionais. Essa redefinição da ação política decorre do redirecionamento das exigências dos atores sociais que buscam transformações na ordem prevalecente e, nesse processo, os atores envolvidos não mais se dirijam exclusivamente ao Estado, mas também para outros atores no âmbito internacional. Por exemplo, a atuação do MST em protestos contra a atuação do Fundo Monetário Internacional, contra o avanço da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do neoliberalismo, apesar de teoricamente visar à realização de interesses de grupos nacionais, não se dirige exclusivamente para o Estado brasileiro, mas pretende, também, difundir padrões de significação para outros atores, aumentando, assim, a visibilidade e a capacidade de empreender mudanças desse movimento, conforme veremos adiante. Porém, se por um lado as transformações do Estado e do próprio sistema interestatal fomentaram o redirecionamento da ação política, por outro lado a compreensão desse processo não é suficiente para esclarecer como atores com interesses diversos conseguem cooperar transnacionalmente.

A intensificação das interações transnacionais reembaralha a lógica classificatória dos outros níveis de integração e faz com que “a origem nacional dos agentes sociais e dos produtos de suas ações [seja] de identificação difícil,

impossível ou irrelevante” (RIBEIRO, 2000, p. 14-15). A transnacionalidade pode ser considerada como a integração de uma realidade sociopolítica, ausente de uma realidade territorial, que recorta outros níveis de integração (internacional, nacional, regional ou local) por meio de um eixo transversal. Nas palavras de Ribeiro:

Discutir a condição de transnacionalidade é levantar a possibilidade de modificar nossas concepções sobre cidadania para encompassar uma clara sensibilidade e responsabilidade com relação aos efeitos de ações políticas e econômicas em um mundo globalizado. (RIBEIRO, 2000, p. 93)

A integração transnacional se dá por meio de redes (*networks*), que criam novos padrões de pertencimentos, muitas vezes, concorrentes ao estatal, mas que não pretendem destruí-lo ou substituí-lo. Todavia, através das redes transnacionais torna-se possível a diferentes atores, ao longo de processos de interação, construir novas identidades, muitas vezes, paralelas à identidade nacional. Sendo o reconhecimento dessa identidade pelo próprio ator e pelos outros atores com os quais interage determinantes para a coesão e a eficácia simbólica da rede. Assim, a capacidade do MST de inserir-se em uma rede transnacional de atores com diferentes motivações de ordem política, mas capazes de atuarem em conjunto, confere a esse movimento um maior poder de barganha para alcançar seus objetivos.

Por meio da construção de vias transnacionais de interação, que em grande parte utilizam-se da Internet, vêm sendo desenvolvidos novos espaços de contestação política e de interações culturais. De tais espaços emergiram lealdades e identidades paralelas ao Estado-nação que leva muitos autores a especular sobre a emergência de uma sociedade civil global ou de governos mundiais. Se esses são ou não processos em curso, não se pode afirmar com segurança, mas é certo que, através das contínuas interações transnacionais, os movimentos sociais vêm obtendo maior coesão e capacidade de atuar conjuntamente. Conforme argumentamos aqui, por mais que seja, de certa forma, óbvio o motivo que leva os movimentos sociais a articularem-se transnacionalmente, não são claros os mecanismos que possibilitam essa cooperação. Assim, para esclarecer esses mecanismos é necessário, antes, analisar os valores e interesses que compõem o MST.

COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL: O CASO DO MST

A partir de meados dos anos 80, o avanço do processo de globalização econômica e o conseqüente desenvolvimento da concorrência capitalista no mercado de produtos agrícolas abalaram as tradicionais estruturas da agricultura familiar no Brasil. Essa situação foi ainda agravada pela ausência de políticas sociais compensatórias que beneficiassem a população prejudicada. À desestruturação da agricultura familiar somou-se o esvaziamento da retórica de libertação nacional da velha esquerda, o que produziu grupos sociais de agricultores que, em grande parte, concentravam-se na região sul do país, que não visualizavam vias institucionais para reclamar os custos sociais decorrentes da abertura comercial brasileira.

Dois outros fatores são marcantes no surgimento do MST.¹ Em primeiro lugar está a reformulação da doutrina da igreja católica que, ao incorporar em seu discurso uma certa influência marxista, dá origem à Teologia da Libertação, cuja principal característica é a solidariedade aos pobres e excluídos. Uma das principais conseqüências do apoio da Igreja ao MST é a considerável influência da mística religiosa no movimento que, de certa forma, converge com seu desprezo pela política tradicional e suas regras institucionais. Em segundo lugar, o surgimento dos grupos sociais que formam o movimento no período de ditadura militar restringe o acesso à política institucional consolidando, ainda mais, sua opção pela ação direta. Assim, o nascimento do MST caracteriza-se pela confluência de três fatores: a desorganização da agricultura familiar, o realinhamento social e político de parte da igreja católica e a impossibilidade de resolução de conflito pelas vias políticas institucionalizadas: partidos e Parlamento (JUNGMANN, 2003).

É fundamental considerar a influência dos valores católicos e do modo de vida característico da produção agrícola familiar na formulação dos interesses e do discurso do MST. A terra não é apenas um fator de produção, mas um bem natural, dado por Deus para a sobrevivência dos homens. Sua parti-

¹ O MST, criado na ocasião do 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Cascavel-PR em 1985, é herdeiro da tradição das Ligas Camponesas e do MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) por meio dos quais, entre 1950 e 1964, trabalhadores rurais se organizaram em busca de terra e melhores condições de trabalho e vida. Apesar das divergências sobre o número de integrantes do MST, segundo dados desse movimento, atualmente ele representa cerca de 1,5 milhão de pessoas, com 300 mil famílias assentadas e 80 mil que ainda vivem em acampamentos. (Fonte: www.mst.org.br)

lha de forma justa entre os homens que nela desejam produzir é um imperativo moral. A manutenção de latifúndios improdutivos, enquanto outras pessoas passam fome, é pensada como uma injustiça, contrária aos preceitos divinos de partilha da terra para a vida e dignidade dos homens, iguais perante Deus. Esses preceitos católicos fortalecem a união dos pequenos agricultores do MST na luta pela preservação de seu modo de vida diante das transformações decorrentes do avanço da concorrência capitalista no setor agrário brasileiro.

As diretrizes que justificam a reivindicação do MST baseiam-se na busca por maior justiça social, econômica e política e uma distribuição mais igualitária de terra, acabando com os latifúndios improdutivos e incentivando a agricultura familiar. Essas reivindicações são formadas a partir uma certa concepção da terra, que a doutrina católica e os pequenos agricultores compartilham, e que, em grande parte, contraria o *status* da propriedade privada nos termos capitalistas. Esses princípios estão presentes no “Programa de Reforma Agrária”, divulgado na *home page* oficial do movimento:

Programa de Reforma Agrária

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

(Fonte: www.mst.org.br, acessado em 18/1/2003)

As reivindicações por redistribuição da terra orientam-se por princípios morais fundados na solidariedade e na justiça distributiva. O que se explica pela concepção da terra como uma questão “moral” e não apenas como posse

ou fator de produção capitalista – conforme evidenciam os quatro primeiros tópicos do “Programa de Reforma Agrária”. Entretanto, essa visão, ao mesmo tempo, aceita o capitalismo, desde que subordinado ao ideal de justiça defendido pelo movimento – conforme percebemos nos quatro últimos tópicos. Assim, o discurso do MST condiciona a busca pela maximização de lucros e da produtividade à defesa da forma de vida e dos valores compartilhados dos pequenos agricultores. Por isso, essas pessoas lutam pela realização de uma reforma agrária e se mobilizam por: organização de acampamentos, ocupações de fazendas, de sedes de organismos públicos e de multinacionais, marchas, greves de fome, entre outros.

No âmbito internacional o movimento articula-se em diversas ações em conjunto com outras associações e movimentos como, por exemplo: a Via Campesina, na qual o MST é parte do corpo dirigente, a Coordenação Latino-americana de Organizações Camponesas (Cloc), a Rede Internacional de Movimentos Sociais e o Comitê organizador do Fórum Social Mundial. As relações do MST com tais atores ilustram como as articulações transnacionais garantem ao movimento conquistar maior capacidade de expor suas reivindicações políticas.

No caso da participação no Fórum Social Mundial, a presença de cerca de 100 mil pessoas em Porto Alegre, em 2003, demonstra como esse evento vem ganhando projeção mundial e como as reivindicações do MST podem congregiar novos apoios e aumentar seu destaque nacional e internacional. Já no caso da parceria com a Via Campesina, essa declarou que o dia 17 de abril seria o dia mundial da reforma agrária, data escolhida em homenagem aos sem-terras que em 1996 foram mortos durante conflito com Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará. Ainda em relação à Via Campesina, durante todo o mês de abril, também em homenagem ao massacre de Eldorado dos Carajás, os movimentos agrícolas de todo o mundo associados a essa organização “desenvolverão atividades de denúncia contra o latifúndio e a favor da Reforma Agrária”.² Assim, sem desconsiderar a importância de outras parcerias, acreditamos que a análise das relações entre o MST, o Fórum Social Mundial e a Via Campesina são suficientes para esclarecer os mecanismos que possibilitam a cooperação transnacional.

A Via Campesina foi criada em 1992, com sede em Honduras, com o

² De acordo com o informativo **MST Informa**, ano II, n. 36, disponível em: http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst_informa36.htm.

objetivo de coordenar organizações de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa.³ A organização se autodefine como pluralista e busca estabelecer alianças entre diversas organizações e movimentos de todo o mundo. Com isso, é explícita a concordância dos princípios do MST com as prioridades expostas pela Via Campesina, já que ambos os movimentos lutam pela defesa dos interesses das comunidades rurais. Porém, será que apenas essa concordância esclarece a cooperação transnacional que o MST estabelece com outras entidades, como ocorre durante o Fórum Social Mundial?

Não podemos nos limitar à convergência manifesta entre o discurso do MST e o da Via Campesina caso queiramos compreender como são construídas as redes transnacionais que reivindicam transformações na ordem social. Uma coalizão tal qual o Fórum Social Mundial caracteriza-se pelo conjunto de atores diferenciados que a compõe. O que, por sua vez, ocorre graças ao desenvolvimento e difusão de uma estrutura de significados intersubjetivos compartilhados pelo universo de atores.

O Fórum Social Mundial⁴ é um encontro que ocorre anualmente para reunir entidades da sociedade civil unidas ao redor dos valores do movimento antiglobalização⁵ para debater, discutir, propor idéias e protestar contra a

³ De acordo com a *home page* oficial do movimento, as principais prioridades da Via Campesina são:

- A articulação e o fortalecimento de suas organizações membros;
- Incidir nos centros de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais para reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam aos pequenos e médios produtores;
- Fortalecer a participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais;
- Formular propostas com relação a temas importantes como: reforma agrária, soberania alimentar, produção, comercialização, investigação, Recursos genéticos, biodiversidade, meio ambiente e gênero. (Fonte: www.viacampesina.org, acessado em 18/1/2003)

⁴ O Fórum ocorre em oficinas, conferências, testemunhos, simpósios, entre outros, e em 2003 reuniu, segundo a organização do evento, cerca de 100 mil participantes entre delegados, observadores, profissionais de imprensa e ativistas de todo o mundo. Dentre estes havia cerca de 20.763 delegados, representando 5.717 organizações de 156 países. (Fonte: www.forumsocialmeundial.org.br)

⁵ É válido ressaltar que a denominação "movimento" antiglobalização talvez não seja precisa, pois as pessoas e entidades da sociedade civil que se encontram para protestar e para discutir propostas e alternativas diante da globalização neoliberal não possuem o mesmo nível de coesão de um movimento social. Mesmo assim, essa denominação continuará a ser utilizada por estar consolidada pelo hábito, o que facilita o entendimento dos argumentos aqui expostos.

“globalização neoliberal” e lutar para um maior respeito à justiça social e sustentabilidade ambiental. Ante essa afirmação, a questão por nós colocada é: qual o significado que os diferentes atores atribuem ao neoliberalismo, à justiça e à sustentabilidade ambiental, ou ainda, ao próprio movimento antiglobalização? Apenas a atribuição das mesmas propriedades a tais palavras possibilita que os atores se articulem em passeatas, ações e manifestações conjuntas. Ao criar-se um padrão de intersubjetividade compartilhado é possível estabelecer uma identidade e uma interpretação comum da realidade, mesmo que a diversidade de atores presentes impeça que se forme uma proposta, geral e coerente, de alternativa ao neoliberalismo.

Para que haja convergência entre os diferentes interesses que compõem o movimento antiglobalização são necessárias interações continuadas ao longo do tempo, nas quais se constroem os padrões de significações comuns geradores do entendimento entre os atores. Obviamente, isso não implica igualar os movimentos, mas incluí-los em um processo histórico de transnacionalização das reivindicações de diversos grupos da sociedade civil articulados ao redor do discurso do movimento antiglobalização. Como parte do universo de entidades que compõem o movimento antiglobalização, o MST e a Via Campesina participam desse evento, que é:

[...] um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao *neoliberalismo* e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano (...). O FSM se propõe a debater alternativas para construir uma *globalização solidária*, que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da *justiça social*, da igualdade e da soberania dos povos. (www.forumsocialmundial.com.br, acessado em 17/2/2003; grifo nosso)

O Fórum Social Mundial é uma relevante oportunidade para a convergência de entidades e pessoas comprometidas com movimento antiglobalização. Conforme se percebe no discurso da organização e dos participantes do evento, são recorrentes as afirmações em protesto contra a globalização neoliberal e em defesa de uma globalização solidária, sustentável e com maior justiça social.

Para ilustrar a existência de padrões intersubjetivos, compartilhados entre entidades participantes do movimento antiglobalização e do Fórum Social Mundial, recorro ao discurso de Ignácio Ramonet, representante do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e uma das personalidades mais representativas do movimento antiglobalização. De acordo com Ramonet:

Então, o que é a antiglobalização? Pois simplesmente o conjunto de protestos, em todos os continentes, de todos aqueles (mulheres, camponeses, indígenas, ecologistas, operários, estudantes, professores, minorias culturais) que se vêem afetados pela *globalização liberal*. Não é evidentemente um partido, é uma galáxia que reúne associações, opostas às vezes entre si, mas que coincidem na denúncia contra a *globalização*. Não tem sede nem chefes comuns. Mas se encontram para manifestar onde se reúnem os novos amos do mundo: o G8, Davos, as reuniões européias, o FMI, a OMC, a OCDE, o Banco Mundial. E, uma vez ao ano, final de janeiro, em Porto Alegre, Brasil, na ocasião do Fórum Social Mundial.⁶ (RAMONET, fonte: www.forumsocialmundial.org.br; grifo nosso)

O movimento antiglobalização ganhou fama internacional ao interromper, por meio de protestos, a rodada de negociação da OMC em 1999, em Seattle. Seu discurso atua como catalisador dos anseios de uma variada gama de atores com diferentes interesses, mas que, de alguma forma, se sentem prejudicados pela globalização neoliberal. Assim, para os atores que se engajam no movimento antiglobalização à palavra “globalização”, deve-se atribuir propriedades tais como: uma integração econômica imperialista (não-democrática) e insustentável, promovidas por organizações internacionais como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio, com o intuito privilegiar os ganhos de multinacionais e investidores de países desenvolvidos diante do respeito à vida e dignidade dos povos e à preservação do meio ambiente; processo esse que, como consequência, aumen-

⁶ Original em espanhol: “Entonces, ¿qué es la antiglobalización? Pues sencillamente el conjunto de protestas, en todos los continentes, de todos aquellos (mujeres, campesinos, indígenas, ecologistas, obreros, estudiantes, maestros, minorías culturales) que se ven afectados negativamente por la globalización liberal. No es evidentemente un partido, es una galaxia que reúne a asociaciones muy diversas, opuestas a veces entre si pero que coinciden en la denuncia de la globalización. No tienen sede, ni tampoco jefes comunes. Pero se dan cita para manifestar en donde se reúnen los nuevos amos del mundo: el G8, Davos, las Cumbres europeas, el FMI, la OMC, la OCDE, el Banco Mundial. Y, una vez al año, a finales de enero, en Porto Alegre, Brasil, con ocasión del Foro Social Mundial”.

ta a exclusão social e o desemprego, desestrutura formas tradicionais de vida, aumenta os índices de poluição, desrespeita a autodeterminação dos povos...

Certamente uma definição como a anterior causa um certo estranhamento àqueles acostumados com a precisão conceitual da comunidade acadêmica. Porém, o interessante é compreender como os diferentes atores se apropriam desse significado difuso para realizar protestos em conjunto, mesmo que muitas vezes não possuam interesses convergentes ou um projeto político compartilhado. Para que seja construída a cooperação transnacional do movimento antiglobalização é imprescindível esse entendimento sobre contra o quê estão lutando, pois assim é possível a construção de uma identidade coletiva. Isso explica como atores tão diversos tais como, por exemplo, a Coalizão Ásia-Pacífico para o Timor Leste, das Filipinas,⁷ o Fórum pelos Direitos das Crianças, da Índia⁸ e o MST assinem uma “Convocação Mundial dos Movimentos Sociais”,⁹ em conjunto com outros 151 movimentos sociais de diversos países.

Por sua vez, a “Política de Alianças” da Via Campesina apresenta os objetivos das alianças estabelecidas por essa organização e ilustra o compartilhamento desse mesmo padrão intersubjetivo, ao afirmar que ela busca a

construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas em nível mundial para lutar juntos contra o *neoliberalismo* e estruturar uma proposta alternativa onde a grande maioria de nossos povos sejam os protagonistas principais. (www.viacampesina.org, acessado em 18/1/2003, tradução livre nossa;¹⁰ grifo nosso)

A Via Campesina surgiu sete anos antes da emergência do movimento antiglobalização em Seattle e sua presença no Fórum Social Mundial, assim como, os princípios citados anteriormente, retratam o compartilhamento de padrões intersubjetivos com outros atores desse movimento. O movimento antiglobalização não está direcionado para a conquista do Estado, mas para a

⁷ Asia-Pacific Coalition for East Timor (APCET), Philippines.

⁸ Forum for Child Rights (FCR), India.

⁹ Disponível em: http://www.movsoc.org/htm/decl_2003_port_.htm.

¹⁰ Política de alianças da Via Campesina original em espanhol: “La Vía Campesina trabaja en la construcción de una política de alianzas con otras fuerzas sociales económicas y políticas a nivel mundial para luchar juntos contra el neoliberalismo y estructurar una propuesta alternativa donde las grandes mayorías de nuestros pueblos sean los protagonistas principales”.

construção de uma sociedade mais “justa”, livre dos malefícios decorrentes do processo de globalização. Isso, entretanto, não significa que todos os grupos compartilhem uma mesma proposta política alternativa, mais “justa” que o modelo neoliberal. Ora, não há dúvida de que as reivindicações e propostas como, por exemplo, do Greenpeace, do ATTAC, do MST e dos indígenas equatorianos são extremamente diferentes e, muitas vezes, contraditórias entre si. Portanto, o próprio significado de “justiça” torna-se ambíguo no movimento antiglobalização, uma vez que os custos da globalização neoliberal incidem de forma diferente nos diversos grupos que compõem o movimento antiglobalização. Mas, ainda assim, esses grupos compartilham que o neoliberalismo é injusto e deve ser combatido coletivamente.

Ao possibilitar a interação entre movimentos ambientais, de defesa dos direitos humanos, de operários, empresários e de outros descontentes com as conseqüências sociais do modelo de desenvolvimento neoliberal, esse discurso constituiu o espaço para o surgimento de redes transnacionais de luta contra suas conseqüências sociais e ambientais. Nesses termos, a articulação do MST com a Via Campesina e sua participação no Fórum representa sua inserção em um movimento mais amplo com reivindicações que extrapolam as considerações acerca da questão rural. O fato de entidades tão diversificadas atribuírem as mesmas propriedades a termos como “globalização neoliberal”, “antiglobalização” e “injustiça”, por exemplo, possibilita que eles se comuniquem com vistas a um entendimento acerca das reivindicações e das ações comuns a serem tomadas. A ação do MST e de outros movimentos sociais pertencentes ao movimento antiglobalização adquirem relevância para as relações internacionais como parte dessa tentativa de construção e difusão de novos padrões de significações, que se opõem às tendências recentes de liberalização e de desregulamentação econômica.

Já que a capacidade dos atores para empreender mudanças reside na sua capacidade de difundir conhecimentos intersubjetivos capazes de gerar novas identidades, o “poder” dos movimentos sociais nas relações internacionais pode ser avaliado a partir da sua capacidade de construir comunidades transnacionais que fortalecem suas reivindicações por alterações no atual *status quo*. Por meio das vias transnacionais, os movimentos sociais direcionam os impulsos de seu espírito político, sendo assim capazes de construir novas instituições “políticas”, dentre as quais pode ser pensado o Fórum Social Mundial.

Respondendo à questão inicial, a cooperação transnacional entre o MST e outros movimentos sociais no movimento antiglobalização depende da exis-

tência de interações ao longo do tempo, a partir das quais constrói-se uma teia de significados intersubjetivos que possibilita que os atores comuniquem-se e cheguem a um entendimento sobre o que pode e deve ser feito. Conseqüentemente, a eficácia da atuação internacional do MST e seu poder, como ator internacional, estão intimamente vinculados ao processo mais amplo de construção de novas significações pelo movimento antiglobalização e sua capacidade para fazer com que isso reflita em transformações benéficas para a população que ele representa e para as entidades com as quais atua em conjunto.

A articulação do MST com a Via Campesina e o Fórum Social Mundial contextualiza-se no cenário de desenvolvimento global do movimento transnacional de atuação global que reivindica transformações nos atuais padrões de vida da humanidade. Diversos setores da população mundial têm vivenciado contínua deterioração de seus níveis de vida em função de mudanças que, direta ou indiretamente, são por eles relacionados com a globalização econômica. É justamente esse universo de grupos sociais, entidades, nações e organizações que se sentem, de alguma forma, prejudicados ou ameaçados pela globalização que se abriga sob o discurso do movimento antiglobalização.

Independentemente de serem desempregados, subempregados, ambientalistas, membros de partidos de esquerda, de movimentos sociais ou de organizações do terceiro setor, essas pessoas constroem parcerias e projetos comuns graças ao prévio compartilhamento do discurso do movimento antiglobalização. Apesar do baixo potencial para promover mudanças concretas e imediatas na atual ordem internacional e da falta de coesão interna desse movimento, a capacidade de mobilização que vem demonstrado desde 1999, em Seattle, faz com que o fenômeno deva ser analisado na esfera das Relações Internacionais. Afinal, poucos Estados, ou outros atores internacionais, seriam capazes de impedir uma reunião da OMC tal como o movimento antiglobalização o fez, já em 1999.

Nas análises em Relações Internacionais, não é atribuída grande atenção à questão dos movimentos sociais. Isso porque a centralidade do Estado nas formulações teóricas tradicionais não fomenta análises mais aprofundadas sobre a inserção internacional de atores da sociedade civil, como os movimentos sociais. Por isso, na análise da atuação internacional de tais atores optamos por identificar os valores compartilhados e os interesses comuns existentes para, então, compreender as motivações e mecanismos que possibilitam a construção da cooperação transnacional. Certamente, a análise da ação transnacional dos movimentos sociais é a análise de um outro mundo dentro

das Relações Internacionais. Assim sendo, é graças à amplitude metodológica do construtivismo que se torna possível aprofundar o debate sobre os novos fenômenos que compõem o universo das Relações Internacionais, nesse caso as articulações transnacionais de movimentos sociais.

Por meio da identificação das estruturas intersubjetivas que formam esse “mundo”, pode-se analisar a identidade dos atores, como conseguem cooperar, a distribuição de poder entre os atores e a capacidade de empreender mudanças que possuem. Em uma época de mudanças decorrentes do incremento nos fluxos transnacionais de mercadorias, serviços e idéias, a rigidez metodológica das teorias tradicionais pode encobrir importantes transformações na forma como os atores “internos” relacionam-se com o plano “externo”. Conforme vimos, somente pela relativização da preponderância estatal foi possível analisar como foram estabelecidas alianças que constituem o movimento antiglobalização e sua perspectiva para promover mudanças, que apesar de difíceis são, teoricamente, possíveis. Caso se considere o poder apenas como atributo do Estado detentor de recursos bélicos e econômicos, o potencial do movimento antiglobalização de transformar a realidade seria, praticamente, nulo. Da mesma forma, as questões relativas ao meio ambiente, aos direitos humanos e à justiça social, por exemplo, continuarão sendo naturalmente relegadas ao segundo plano na agenda internacional, diante dessas questões bélicas e econômicas. Portanto, a metodologia eclética do construtivismo deve ser pensada como um mecanismo para se propor novos enfoques para os problemas do presente, assim como para se pensar novas formas de se atuar diante deles.

ABSTRACT

The constitution of transnational networks of social movements is normally neglected by traditional International Relations theories. To explore a theoretical alternative, this article aims to analyse the MST's international role from a constructivist perspective. We argue that the current international articulation of MST with other social movements is possible thanks to the shared intersubjective structure within the scope of the antiglobalization discourse. This intersubjective sharing produces the convergence of values and interpretations that support collective consensus and cooperation, in spite of the myriad of interests of different social movements. Finally, the relevance of such phenomenon is related to the creation and dissemination of alternative meanings and the consequent influence on the demands of those social actors in their home countries.

Key words: Transnational cooperation; MST; Land conflict; Antiglobalization; Social movements; Constructivism.

Referências

- ADLER, Emanuel. O construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo: Cedec, 1999. n. 47.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. CIDADE: EDITORA, 1999.
- HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: PUC RJ, jan./jun. de 1994, v. 16, n. 1.
- HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais no pós-guerra fria. In: **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997, v. 40, n. 2.
- HOPF, Ted. The promise of constructivism in International Relations theory. In: **International Security**. Summer 1998, v. 23, n. 1.
- JUNGMANN, Raul Sob o signo da foice e da cruz. **Revista Primeira Leitura**, CIDADE, n. 11, jan. 2003.
- ONU, Nicolas. **(Re)Constructing constructivism international relations research**. Center for International Studies, University of Southern California, October, 2001.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

RUCHT, Dieter. Sociedade como projeto – projetos na sociedade: sobre o papel dos movimentos sociais. In: SOBOTTKA, Emil A. *Civitas*. Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, ano 2, n. 1, jun. 2002.

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos – questões de fronteira, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. Qué significa hoy ser um movimiento anti-sistémico? *Revista del Observatório Social de América Latina*, Clacso-Argentina, ano III, n. 9, jan. 2003.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. *Revista del Observatório Social de América Latina*, Clacso-Argentina, ano III, n. 9, jan. 2003.

Sites consultados

Fórum Social Mundial: www.forumsocialmundial.org.br

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: www.mst.org.br

Rede Internacional de Movimentos Sociais: www.movsoc.org/

Via Campesina Internacional: www.viacampesina.org